

JUÍZES OU LEGISLADORES: QUEM DEVE TER A ÚLTIMA PALAVRA EM QUESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

IURI GONDIM TRAJANO ALCÂNTARA TAVARES, FRANCISCA EDINEUSA PAMPLONA DAMACENA

Introdução: A crescente atuação do judiciário em âmbitos que antes eram reservados aos poderes legislativo e executivo tem gerado inúmeros conflitos. O cerne do problema consiste em saber por qual razão um órgão sem representatividade democrática tem o poder de decidir em última instância questões de políticas públicas. Desta forma, o artigo busca apresentar as principais discussões levantadas sobre o tema a partir de duas perspectivas: binarismo e gradualismo. **Objetivo:** Analisar as principais posições teóricas que tratam sobre a crescente atuação judicial em questões de caráter político. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa teórica, descritiva e qualitativa, que busca analisar as teorias abordadas no referencial bibliográfico. Por meio do método hermenêutico-dialético, discute-se os principais argumentos a favor e contra a atuação do poder judiciário que interferem diretamente na execução de políticas públicas. **Resultados:** Analisou-se o tema sob as perspectivas binária e gradual. A perspectiva binária se desdobra em duas vertentes: a primeira é a favor do judiciário como detentor da última palavra em questões de políticas públicas, e a outra é a favor do legislativo como órgão competente sobre tais questões. Já a perspectiva gradual compreende o problema de forma mais flexível buscando a melhor resposta para a sociedade através de um diálogo inter-institucional. **Conclusões:** conclui-se que as teorias binárias não estão comprometidas numa busca contínua por bons resultados para a sociedade, mas somente em definir qual dos órgãos públicos devem ser incumbidos com o poder de decidir em caráter final as questões políticas. Já as teorias gradualistas visam alcançar melhores resultados para a sociedade, através de um diálogo entre os poderes, democratizando o poder da decisão final.

PALAVRAS-CHAVE: SEPARAÇÃO DE PODERES, POLÍTICAS PÚBLICAS, ATIVISMO JUDICIAL

ÁREA TEMÁTICA: DIREITO

FORMA DE APRESENTAÇÃO: PÔSTER